



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

SF/24295.98669-05

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Dispõe sobre o Adicional de Especialização, estendendo-o aos ocupantes de cargos de provimento em comissão do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei altera regras do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, previsto na Resolução do Senado Federal nº 42 de 1993, para estender o Adicional de Especialização aos ocupantes de cargos de provimento em comissão.

**Art. 2º** Os cargos de provimento em comissão destinam-se ao atendimento das atividades de assessoramento técnico, assistência parlamentar e secretariado, vinculadas aos gabinetes parlamentares, sendo preenchidos, segundo critérios de estrita confiança, observadas as condições legais e regulamentares.

§ 1º Compõem a remuneração devida aos ocupantes dos cargos a que se refere este artigo os valores do vencimento básico, das gratificações de representação e de desempenho, do adicional de especialização e dos auxílios previstos em lei.

§ 2º Compõem a remuneração devida aos ocupantes dos cargos a que se refere este artigo os valores do vencimento básico, das gratificações de representação e de desempenho, do adicional de especialização e dos auxílios previstos em lei.

**Art. 3º** O Adicional de Especialização será concedido aos servidores de carreira e aos ocupantes de cargos de provimento em comissão



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2424530154>

em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos através de treinamento, trabalho ou iniciativa própria, pela atividade pertinente à categoria ou cargo.

*Parágrafo único.* Os critérios e os coeficientes de aplicação do Adicional de Especialização aos ocupantes de cargos de provimento em comissão serão os mesmos estabelecidos para os servidores de carreira.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão representam, atualmente, parte significativa do Quadro de Pessoal do Senado Federal, sendo amplamente majoritários nos Gabinetes das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores.

Ao lado da estrutura administrativa permanente da Casa - Diretoria Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Comunicação Social e Prodasen - os Gabinetes Parlamentares se constituem em organismos cada vez mais cruciais para o bom exercício dos mandatos.

Assim sendo, também nos Gabinetes a qualificação profissional e acadêmica é uma exigência tão necessária quanto na mencionada estrutura administrativa permanente do Senado.

Desse modo, não subsiste motivo para o tratamento desigual nos dias de hoje. Se em 1993 (ano da Resolução do Senado nº 42, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, e dá outras providências), ou seja, há mais de três décadas, a realidade do Senado Federal poderia diferenciar - neste aspecto - servidores comissionados de servidores efetivos, hoje o estímulo ao aperfeiçoamento deve ser o mesmo para todos os servidores.

Trata-se, portanto, de medida isonômica, como tal absolutamente justificável!

Além do mais, entre efetivos e comissionados já existem significativas disparidades de remuneração.



Estender o Adicional de Especialização aos comissionados representará, portanto, uma forma de reduzir minimamente essas diferenças, por meio do vantajoso estímulo ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento profissional e acadêmico.

Com base nesses argumentos, solicitamos o inestimável apoio de nossos ilustres Pares para que haja a aprovação da matéria com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU

